



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 898, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009. (*)?

Dispõe sobre a implantação do Programa de Gestão Documental - AGILIS.

O DIRETOR-GERAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 94, inciso IX, letra "b", do Regulamento da Secretaria, da Portaria nº 133, de 31 de maio de 2007, da Portaria nº 220, de 31 de julho de 2009 e o constante no Processo STJ 3302/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as rotinas e procedimentos de implantação do programa de gestão documental - AGILIS, desde a produção, tramitação, uso, acesso, classificação, avaliação e destinação final dos documentos e processos administrativos do Tribunal, em suporte papel ou eletrônico/digital na forma do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Atualizar o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Judiciária - PCTT na forma do Anexo II.

Parágrafo único. O PCTT será atualizado pela unidade de gestão documental do Tribunal sempre que for necessário e a versão em vigor será disponibilizada no Portal de acesso ao Programa de Gestão Documental - AGILIS e publicada no Boletim de Serviço.

Art. 3º Estabelecer o uso compulsório do sistema informatizado de gestão arquivística de documentos, a partir de 31 de dezembro de 2009, em todas as atividades relacionadas à gestão documental administrativa do Tribunal.

§ 1º O acesso para utilização do sistema dependerá de prévio cadastramento realizado junto à unidade de Tecnologia da Informação do Tribunal.

§ 2º Após o cadastramento, o usuário receberá uma credencial que é a sua identidade digital única e exclusiva e que o autoriza a realizar operações de acordo com os limites estabelecidos para seu perfil.

§ 3º Todas as unidades do Tribunal deverão indicar servidores para receberem treinamento e viabilizar a utilização do sistema.

§ 4º O sistema disponibilizado substituirá gradualmente o sistema "LINCE 2000" nas atividades de gestão documental.

§ 5º O sistema LINCE 2000 ficará disponível apenas para eventuais consultas e movimentações do legado até que os seus registros sejam integralmente migrados ou inseridos no novo sistema.

§ 6º O sistema utilizará em seu desenvolvimento e manutenção o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário - Moreq-Jus.



Art. 4º É de responsabilidade de todo e qualquer usuário do Sistema:

I – verificar, no mínimo duas vezes em cada jornada de trabalho, se há documentos ou processos aguardando por sua manifestação pessoal ou pela manifestação de sua unidade;

II – registrar todas as atividades de gestão documental no sistema;

III – classificar o documento de acordo com o plano de classificação de documentos incorporado ao Sistema;

IV – não revelar, fora do âmbito profissional, fato ou informação de qualquer natureza de que tenha conhecimento por força de suas atribuições, salvo em decorrência de decisão competente na esfera legal;

V – manter absoluta cautela quando da exibição de dados em tela ou impressora, ou ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de que deles não venham tomar ciência pessoas não autorizadas;

VI – não se ausentar do computador sem encerrar a sessão de uso do sistema, garantindo assim a impossibilidade de uso indevido das informações por pessoas não autorizadas;

VII – evitar a impressão de documentos e processos, zelando pela economicidade e responsabilidade sócio-ambiental;

VIII – evitar o uso de senhas compostas de elementos facilmente identificáveis por possíveis invasores, como por exemplo, nome do usuário, nome de membros da família, datas, números de telefone, letras e números repetidos etc;

IX – responder pelas consequências decorrentes das ações ou omissões que possam por em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de sua senha ou das transações em que esteja habilitado;

X – não fornecer a sua credencial de acesso ao sistema a outros usuários, sob pena de responsabilização penal, civil e administrativa;

XI – comunicar ao Gestor do Sistema toda e qualquer mudança percebida em privilégios, inferiores ou superiores, de acesso ao sistema ou disponibilização para alteração de documentos e processos diferentes dos estabelecidos para seu perfil.

Parágrafo único. O disposto no inciso XI deste artigo não afasta a responsabilidade dos titulares das respectivas unidades que não comunicarem ou alterarem os perfis e a lotação dos servidores, conforme o caso.

Art. 5º Revogar a Ordem de Serviço n. 1, de 8 de janeiro de 2002 e a Ordem de Serviço n. 8, de 22 de março de 1991.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor nesta data e será publicada no Boletim de Serviço.

ANTONIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA

(*) Republicado por ter saído com incorreção no original.